



Urbanização e êxodo rural na China

Antonio Domingos Padula

O fenômeno do êxodo rural não é novo. Na industrialização da Europa, no final do século XVIII e início do XIX, a população agrícola foi chamada para ser a grande fornecedora de mão-de-obra para as fábricas que se estabeleciam. No final do século XIX e início do XX, o fenômeno se repetiu novamente nos Estados Unidos da América. No Brasil, a industrialização após a 2ª Guerra Mundial novamente fez apelo à população rural para se prover de mão-de-obra para a indústria nascente. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza tiveram suas populações dobradas, triplicadas e até mais do que isso. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Brasil, uma das consequências desse processo rápido de urbanização da população foi o surgimento de grandes áreas populacionais com níveis mínimos de condição para a manutenção da vida humana. No hemisfério norte, elas foram chamadas de Slums. Aqui, do "lado de baixo" da linha do equador, foram chamadas de favelas. Embora toda a precariedade das condições de vida nas slums e favelas, o meio urbano se mostrava mais atrativo do que o meio rural, fazendo com que, nesses países, houvesse uma inversão na distribuição populacional, de 80% de população rural para 80% ou mais de população urbana.

Chegou a vez da China. O que há de novo no fenômeno da urbanização Chinesa? Parece que duas variáveis, entre outras tantas, apresentam características especiais para a China. Primeiro, é uma civilização com mais de 5000 anos. E também há a ordem de grandeza dos números envolvidos. Os registros mais remotos sobre a civilização chinesa mostram o quanto o destino de qualquer cidadão(ã) chinês(a) é fortemente atrelado à terra e a seu domicílio. Os levantamentos demográficos mais recentes apontam a China com uma população de cerca de 1,4 bilhão de pessoas (ou aproximadamente 20% da população mundial). Há menos de 25 anos, 80% dessa população morava no meio rural. Em 2013, já são 60% urbanos e apenas 40% vivem no meio rural.

Com o estabelecimento do regime comunista, na década de 1950, e com a coletivização dos meios de produção, o destino de um cidadão chinês ficou mais do que nunca "amarrado" ao seu domicílio. E, com uma população que era 90% rural, este "domicílio" já significava "rural". O sistema que estabeleceu este "domicílio" como o grande identificador e norteador das possibilida-

des das pessoas chama-se Hukou e é válido até o presente. O sistema hukou determina que a seguridade social, a habitação e o acesso à escola estão estabelecidos no domicílio onde o indivíduo nasceu. Enquanto a população era predominantemente rural, parece que o hukou não era tão problemático para os indivíduos chineses. O "problema" emergiu quando, em 1972, o presidente americano Richard Nixon iniciou uma retomada das relações americanas com a China e, em 1979, quando Deng Xiaoping, o pequeno timoneiro da nação mais populosa do mundo, desencadeou um conjunto de medidas e iniciativas que transformariam definitivamente a vida dos chineses: orientação para uma economia de mercado (dirigida pelo partido único no poder).

Decorrente das medidas de abertura econômica e da disponibilidade de recursos abundantes, a China entrou num processo rápido de industrialização, crescendo seu PIB na ordem de 10% ao ano entre 1980 e 2010. Aqui também o trabalho na indústria, o conforto, a riqueza e a atratividade do meio urbano estão atraindo e levando dezenas, e até centenas, de milhões de chineses a deixar o campo e se dirigir para as cidades. E o hukou? Não mudou. Ou, se mudou, foi muito pouco. Na verdade, esses milhões de pessoas que estão deixando o meio rural e indo para as cidades continuam sendo "rurais" e atrelados às suas cidades natais. Sua condição nas cidades é a de "migrante", sem direitos à seguridade social, à habitação e à escola para os filhos. Pelo sistema hukou, esses migrantes não são cidadãos da cidade para onde se deslocaram. Nessas cidades, os migrantes são pessoas de segunda classe. Moram em bairros afastados, construídos pelo governo para serem alugados para migrantes a baixo custo. Esses apartamentos são de 50 a 60 m², que já são "palacetes", se comparados aos padrões rurais chineses, de 10 m². Atualmente, existem, na China, aproximadamente 300 milhões de "migrantes". Estes números, tal como todos os outros "números" na China, são impressionantes.

Assim como no processo de "slumization" e de "favelização", parece que os chineses estão diante de um sistema injusto e de apartheid. Como o governo chinês vem tratando esse enorme problema? O pacto federativo chinês estabelece que seguridade social, habitação e escola são de responsabilidade das cidades e províncias. Assim, para uma cidade conceder "domicílio urbano" (hukou) para um migrante, ela precisa assumir a responsabilidade de lhe prover seguridade social, habitação e escola para os filhos. E isto é um grande fardo para as cidades, embora estas – que, muitas vezes, tenham interesse em acolher migrantes, principalmente aqueles com maior escolaridade – tenham restrições a esta concessão, devido às suas limitações orçamentárias. Algumas cidades têm conseguido recursos via venda de terrenos rurais de sua periferia para grandes empresas construtoras. Mas esta alternativa já vem se mostrando insustentável. As áreas e terrenos para a prefeitura vender aos construtores são geralmente confiscados dos produtores rurais ou reembolsados a valores muitas vezes insuficientes até mesmo para que esse agricultor possa adquirir um apartamento na nova construção de apartamentos que se erguerá em sua antiga área rural. Ou seja, um caminho escolhido para ser uma solução pode estar levando a novos problemas. Esta alternativa de obtenção de recursos pelas prefeituras tem recebido críticas tanto dos produtores rurais quanto dos meios de comunicação e da mídia.

Outros problemas que emergem desse processo de transformação de áre-

as rurais em espaços urbanos são a competição pelo uso da terra para a produção de alimentos versus a produção de habitações urbanas e a poluição produzida pela demolição de antigos bairros residenciais nas periferias e nos centros urbanos. Os materiais de demolição são moídos e produzem grandes volumes de poeira. E esta, aliada à fumaça das queimadas realizadas na agricultura e aos gases de combustão dos veículos nas cidades e das usinas termelétricas alimentadas por carvão mineral, estão transformando as cidades chinesas em locais impróprios para se habitar. Muitos executivos de grandes empresas têm pensado duas vezes antes de decidir se morariam ou não em Shanghai, devido à sua poluição.

Parece, então, que se está diante de um paradoxo. Se, por um lado, o sistema de hokou está gerando injustiça, apartheid e discriminação entre classes "urbana" e "rural", por outro lado, o sistema de hukou tem inibido a formação de "megafavelas" nas periferias das grandes cidades chinesas.

Que alternativas se poderia vislumbrar para um país que tem tradição milenar, 20% da população mundial, franco processo de industrialização, necessidade de se urbanizar e um sistema "hukou" conservador? Como tudo na China é grande, este debate fica para um espaço também maior, muito maior do que temos aqui.

Sugestão de leitura: Tom Miller, *China's Urban Billion – the story behind the biggest migration in human history*, Zed Books, London, 2012.